

Karoline Freitas



O presidente da F. MIS, Cesar Ribeiro, entregando o troféu Golfinho 60 anos ao secretário da Casa Civil do RJ, Nicola Miccione

Marcelo Egypto



O casal, Leila Sarmento e o músico Alfredo Dias Gomes, que também recebeu o troféu



60 anos da F. MIS no Theatro Municipal

Autoridades e personalidades prestigiaram cerimônia no Rio

A Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro completou, nesta quarta-feira, 3 de setembro, 60 anos. Para celebrar a data, o Salão Assyrio do Theatro Municipal do Rio de Janeiro foi palco de uma grande homenagem que reuniu autoridades, personalidades da

Marcelo Egypto



O jornalista Ricardo Cravo Albin foi um dos homenageados da noite

Marcelo Egypto



Recebendo honraria na solenidade, a secretária de Cultura do RJ, Danielle Barros, ao lado do anfitrião, Cesar Ribeiro

cultura e convidados especiais. A programação incluiu recepção aos convidados, abertura oficial com apresentação artística, a participação da Fuzishow, big band do Corpo de Fuzileiros Navais, e entrega de homenagens a figuras que marcaram a história da cultura nacional.

A farra dos subsídios para a energia solar

Projetos em tramitação no Congresso ampliam duração de subsídios para a Geração Distribuída, que em 2024 já custaram R\$ 11,5 bilhões a 68 milhões de consumidores, favorecendo 6,6 milhões de unidades com geração própria

Subsídios bilionários à geração distribuída de energia, principalmente para a solar fotovoltaica, pressionam a conta de luz dos brasileiros de uma forma perversa: todos, mesmo as camadas menos favorecidas da população, pagam para que poucos equipem suas casas com placas solares e reduzam suas contas a quase zero.

De acordo com informações do subsídiômetro da Aneel, em 2024 os subsídios à GD custaram R\$ 11,5 bilhões, pagos por 68 milhões de consumidores, em benefício de apenas 6,6 milhões de unidades com geração própria.

Em 2025 a GD já custou R\$ 8,7 bilhões em subsídios na conta de luz. Atualmente, de cada R\$ 100 pagos na conta de luz, R\$ 4,37 são subsídios da GD.

A projeção é que, mantido o modelo atual, até 2031 essa transferência chegue a R\$ 55 bilhões, encarecendo ainda mais as contas de luz da maioria da população.

Mas o cenário pode ficar ainda pior. Projetos de lei e Medidas Provisó-

rias em tramitação pretendem estender a duração dos subsídios para a Geração Distribuída – ou seja, ampliar a duração dos privilégios para poucos, mas pagos por muitos.

Pela lei em vigor (14.300/2022), os projetos de GD protocolados até 6 de janeiro de 2023 não pagam pelo uso da rede (distribuição e transmissão) nem os encargos setoriais até dezembro de 2045.

Assim, os usuários de GD com projetos protocolados até o início de 2023 não pagarão pelo uso das redes de distribuição, transmissão e encargos até 2045, ao contrário de 68 milhões de unidades consumidoras que não têm GD.

Para os projetos protocolados a partir de 7 de janeiro de 2023, há um cronograma para pagamento gradual da TUSD fio B, reduzindo o subsídio até 2029. TUSD fio B é a parcela da conta de luz paga por todos os consumidores para remunerar as distribuidoras pela entrega da energia até o consumidor final.

No entanto, há projetos em debate no Congresso que mantêm a isenção

de pagamento da tarifa de distribuição, transmissão e encargos até 2045 em diversas situações.

O PL 2703/2022, por exemplo, estende em seis meses o prazo para que projetos protocolados tenham isenção total até 2045 (de janeiro de 2023 para julho de 2023).

Já os PLs 2.458/2022 e 2.953/2022 estendem a isenção até 2045 para consumidores cadastrados no CadÚnico e agricultores familiares.

Resumindo: quem instalou GD antes de 2023 tem o subsídio integral garantido até 2045; quem entrou depois dessa data ainda recebe um subsídio parcial, que diminui ano a ano até praticamente acabar em 2029. No momento, o Congresso discute a ampliação do prazo para beneficiar mais produtores de GD com a isenção total de tarifa.

O que é GD?

Tradicionalmente, a energia elétrica sai das usinas geradoras, passa pelas linhas de transmissão e chega até o

consumidor final. Mas com a Geração Distribuída, essa lógica se inverte. Nela, o consumidor também gera energia – especialmente solar – e a injeta de volta na rede o excedente, aquela energia que “sobrou” da sua produção.

O que são subsídios?

São uma espécie de ajuda financeira definida pelo governo para reduzir o custo de alguma coisa. Geralmente é usado para incentivar o crescimento de um setor da economia que está começando a se desenvolver. Quando o Congresso Nacional concede subsídios, ele está usando o dinheiro dos consumidores – que vem das tarifas de energia que todos nós pagamos – para beneficiar um grupo específico. No início, os subsídios foram fundamentais para impulsionar a Geração Distribuída, mas com a evolução do mercado e a queda significativa nos custos dos painéis solares, manter esses incentivos passou a gerar distorções e custos excessivos para os consumidores em geral.

PINGA-FOGO

BC: Autonomia para agir como mercenários

■ A pseudo autonomia do Banco Central criou uma aberração. Um tropa de elite dentro do estado, que age mais como mercenários do sistema financeiro e cada vez menos em defesa da moeda e da economia do país. Quem controla o Banco Central? Foi a pergunta mais ouvida em Brasília nesta quarta, 03 de setembro. A resposta pode ser simples. É só esperar quem será contratado pelo BTG Pactual neste ano. Em dezembro próximo, Renato Dias de Brito Gomes deixará o banco, entre o seu legado maior o bilionário negócio que resultou na liquidação dos Bancos Econômico e Nacional, jogando no colo de André Esteves R\$ 11 bilhões, pagos pela viúva.

■ A turma de Roberto Campos Neto, ex-presidente do BC, trouxe para Brasília um protagonismo de nomes que fizeram carreira no Rio e na PUC, afinados de fio a pavio com a agenda de André Esteves. Abduzir um diretor do Banco Central em final de carreira não é tarefa impossível, ainda mais quando não há fiscalização sobre os seus atos e uma impunidade certificada pela “autonomia ficcional”.

■ Barrar a aquisição do Banco Master pelo BRB - Banco de Brasília SA virou uma obsessão do BTG Pactual, ecoando na tese da concentração de mercado. A decisão do BC foi claramente política e fruto desta impunidade relativa. Outro diretor caríoca, oriundo da PUC, que deixará o Banco Central em dezembro próximo é Diogo Abry Guillen.

■ Este cenário foi construído no Governo de Jair Bolsonaro, sem Paulo Guedes e Roberto Campos, cada um passou a cuidar do seu futuro, afinal, todos estão na faixa dos 40 anos e tem uma longa avenida de oportunidades pela frente.

■ A esquerda e o Governo Petista não se deram conta que, sob as barbas de Lula, o Banco Central passou a ter uma perigosa autonomia. Autonomia para agir com mercenários dos grandes nomes do sistema financeiro que querem a concentração e turbinar negócios, como o Econômico e Nacional, que foram espetados na conta da viúva.

■ Os Estados Unidos enfrentam um problema semelhante, só que lá é possível afastar diretores com uma canetada presidencial. No Brasil, é necessário que o poder legislativo barre este excesso de poder.

■ Em Brasília, já se dá como certo que Renato Gomes poderá, muito em breve, escolher a decoração do seu gabinete no BTG, após a pseudo quarentena.

■ JOIA ESPORTIVA - O TH Joias na cadeia deixou o MDB do Rio de saia justa. O deputado estadual do Rio sempre foi visto como figura de altíssimo risco. Tentaram impedir, sem sucesso, a sua posse já que ficou na suplência e foi catapultado para o plenário da Alerj quando Rafael Piciani assumiu a Secretaria Estadual de Esportes, aliás, a mesma pasta ocupada por Alessandro Carracena, outro preso na operação.

■ VEM MAIS... - Até agora não foi aberta a decisão que colocou TH na cadeia. O segredo tem gerado a suspeição de que pelo menos mais dois parlamentares estaduais poderão fazer companhia ao colega joalheiro.

Fernando Molica

Anistiados continuaram golpistas

Militares anistiados em 1956 por Juscelino Kubitschek voltaram a atentar contra a democracia, até mesmo contra o mandato do próprio presidente que revogara suas punições. Alguns deles participariam do golpe de 1964, que cassaria o mandato de diversos políticos, entre eles, o do então senador Juscelino Kubitschek.

Um dos líderes da rebelião de Jacareacanga (PA) — deflagrada em 11 de fevereiro de 1956 e que só seria derrotada 19 dias depois — o major-aviador Haroldo Coimbra Veloso não deixou de exercitar seu compromisso com o golpismo: três anos depois, esteve à frente de outra tentativa de deposição de Kubitschek, a Revolta de Aragarças(GO). Em novembro de 1964, faria voos rasantes sobre o palácio onde o governador de Goiás, Mauro Borges, tentava resistir à cassação de seu mandato.

O almirante Carlos Pena Boto foi um dos oficiais que, em 11 de novembro de 1955, participaram de um levante que tentava impedir a posse de JK. Meses depois, ao apoiar a rebelião de Jacareacanga, seria punido com dez dias de prisão.

Pena Boto foi outro beneficiado pela anistia de 1956, que abrangia atos cometidos a partir do dia 10 de novembro do ano anterior. Em 1964, apoiaria a deposição do presidente João Goul-

art, conspiração que marcaria o fim de um ciclo golpista iniciado com a crise que, dez anos antes, culminara com o suicídio do presidente Getúlio Vargas.

Veloso, que em 1956, ao lado do capitão José Chaves Lameirão, sequestrara um avião da FAB carregado de armas e explosivos e o levava para Jacareaganga, chegou a ser preso ao fim dos confrontos com tropas legalistas.

Promovido a tenente-coronel aviador em janeiro de 1958, ele, em dezembro de 1959, teria como cúmplice na revolta de Aragarças o tenente-coronel aviador João Paulo Moreira Burnier, que se tornaria célebre nos porões da ditadura.

A nova iniciativa golpista foi sufocada em 30 horas. Os dois trataram de fugir para o exterior e só voltaram para o Brasil em 1961, já no governo Jânio Quadros, que renunciaria ao mandato em agosto. Em dezembro, um decreto legislativo concederia uma nova anistia. A exemplo do que ocorreria com JK, Jânio também teria seus direitos políticos cassados em 1964.

Burnier foi um entusiasta do golpe, chegou a declarar que colocara dinamite no Palácio Guanabara para evitar que a sede do governo estadual fosse tomada por comunistas. Promovido a brigadeiro-do-ar, viraria chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Melo.

Foi no exercício deste cargo

que, em 1968, protagonizaria um dos mais cruéis planos terroristas da ditadura, a utilização do Para-Sar, Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento da Aeronáutica, para cometer uma série de atentados que seriam atribuídos a comunistas, entre eles, a explosão do Gasômetro, depósito de gás que ficava na região central do Rio, ao lado da rodoviária.

Em seguida, 40 opositores do regime seriam sequestrados e jogados no mar. A trama foi abortada graças à resistência do capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o Sérgio Macaco, que acabaria afastado da FAB.

Em 1971, Burnier era comandante da III Zona Aérea, no Rio, que abrangia a Base Aérea do Galeão, local onde o ex-deputado Rubens Paiva sofreria a primeira sessão de torturas. Meses depois, o local seria palco do suplício e assassinato do estudante Stuart Angel Jones, irmão da jornalista Hildegard Angel. Ele teve a boca amarrada no cano de descarga de um jipe e foi arrastado pelo pátio da base.

A morte de Burnier, em 13 de junho de 2000, foi mantida em sigilo por sua família, e só seria noticiada uma semana depois, o local de seu sepultamento não foi divulgado. O viaduto que fica entre o Gasômetro e a rodoviária ganhou o nome do capitão Sérgio de Carvalho.

Tales Faria

Projeto de anistia deve abrir crise entre Congresso e Supremo

O projeto de anistia para os envolvidos na tentativa de golpe de Estado ganhou força entre os parlamentares desde que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), resolveu encampá-lo. Mas, se aprovado, vai deflagrar uma nova guerra do Supremo Tribunal Federal (STF) com o Congresso.

O clima entre os dois Poderes tem piorado desde que o ministro Flávio Dino declarou que há pelo menos 70 investigações contra parlamentares no Supremo.

Agora ministros do STF têm mandado recados para os parlamentares de que o presidente da Corte, Luiz Roberto Barroso, não falou pelos colegas quando afirmou que a anistia precisa ser votada após a condenação dos envolvidos na tentativa de golpe.

“Do ponto de vista jurídico, anistia antes de julgamento é uma impossibilidade, não existe. [...] Não se anistia sem julgar. Depois do julgamento, passa a ser uma questão política. Questões políticas vão ser definidas pelo Congresso”, disse Barroso no dia 18. em uma palestra em Cuiabá, na Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso.

Parlamentares favoráveis à anistia do ex-presidente Jair

Bolsonaro (PL) entenderam a declaração como um recado do STF de que a aprovação da anistia após o julgamento de Bolsonaro seria aceita pela Corte.

“O Barroso deu a senha para a aprovação”, declarou o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

Com isso, mal começou o julgamento de do ex-presidente pelo Supremo por tentativa de golpe de Estado nesta terça-feira, 2, e os bolsonaristas já negociam com o centrão a aprovação da anistia.

Mas colegas de Luiz Roberto Barroso no STF não só não gostaram de sua declaração como têm afirmado que, se o Congresso aprovar a anistia, ela será derrubada. Um ministro ouvido pela coluna declarou: “Se passar anistia, o Tribunal derruba.”

Os argumentos usados pelos colegas de Barroso que defendem a derrubada imediata da anistia são semelhantes aos utilizados pelos ministros no caso do ex-deputado Daniel Silveira (PL-RJ).

Ele foi condenado pelo STF a oito anos de prisão e perda do mandato. Então presidente da República, Jair Bolsonaro concedeu a “graça presidencial” ao deputado, mas o STF derrubou o decreto e encarcerou o parla-

mentar. Alexandre de Moraes afirmou, na época:

“O desvio de finalidade é claro. O indulto não respeitou hipóteses legais, constitucionais e moralmente admissíveis. Não vislumbrou interesse público e, sim, interesse subjetivo político-eleitoral. E não tinha relação com o âmbito da política criminal, e sim no âmbito da política eleitoral.”

A relatora foi a ministra Rosa Weber, que argumentou que todos os atos públicos são submetidos ao controle legal. Fazia referência ao poder do Supremo de analisar decretos presidenciais. Para Alexandre de Moraes, assim, o perdão a Silveira foi um “ataque direto e frontal” ao STF.

Consciente de sua autoridade, o STF se sentiu agredido por Bolsonaro na época, e bateu de frente com o Poder Executivo. Resultado: Daniel Silveira está preso até hoje.

O mesmo sentimento dos ministros se repete agora em relação ao Congresso. Se os parlamentares decidirem dar anistia a Bolsonaro depois que ele for condenado pelo Supremo Tribunal Federal, deverá ser desencadeada uma crise entre os dois Poderes.

O resultado para Bolsonaro tem tudo para ser semelhante ao de Daniel Silveira.